CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 664/88

INTERESSADA : ANDREA GONÇALVES CLEMENTE

ASSUNTO : Recurso contra a decisão do Conselho de Classe da Escola Municipal de 1º Grau "Profº José Ferraz de Campos"-Capital.

RELATORA : Consª RAPHAELA CARROZZO SCARDUA

PARECER CEE Nº 0230/90 APROVADO EM 14/03/1990

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

O Senhor Superintendente Municipal de Educação, pelo Ofício nº 134/88, encaminhou expediente ao Presidente do Conselho Estadual de Educação contendo recurso impetrado pela Sra. Aurora Gonçalves Clemente contra a retenção de sua filha Andréa Gonçalves Clemente, no componente curricular Matemática, na 6ª série do 1º grau da EMPG "Profº José Ferraz de Campos".

Inicialmente, aos 04 de janeiro de 1988, solicitou, a mãe da interessada, a unidade escolar revisão da Comissão de Classe com a nova oportunidade a filha, visto ter ela ficado retida em apenas uma disciplina, por 0,5 (meio) ponto; queria saber o critério utilizado pela Comissão de Classe, para reprová-la, pois durante a recuperação foi aplicada uma única prova avaliatória. Realizou-se nova reunião da equipe técnica da escola, aos 08 de janeiro de 1988, que ratificou a decisão anterior, explicando que o critério adotado é o da análise do aluno ao longo do ano letivo.

Aos 11 de fevereiro de 1988, recorreu a Sra. genitora à divisão Regional Municipal de Ensino solicitando revisão da decisão da Comissão de Classe por não terem ficado claros os critérios avaliatórios utilizados, os quais, a seu ver, parecem mudar de aluno para aluno.

Após solicitar o encaminhamento de elementos necessários a análise (Planejamento de Recuperação de Matemática, provas de aluna, relatório das dificuldades da aluna durante o ano, ata do Conselho de Classe reunido extraordinariamente em 08/02/88, depoimento da direção da escola, nos termos da Portaria Supeme 35/87, de 03/12/87), considerou a DREM, acertada a posição do Conselho de Classe, tendo em vista que:

- as notas obtidas pela aluna ao longo do ano letivo, em provas e exercícios, foram inferiores as médias bimestrais, aumentadas com a soma de outros instrumentos de avaliação utilizados nos bimestres.

- suas notas em provas foram zero, um, dois e quatro, que, somadas a instrumentos avaliatórios diversificados, resultaram nas seguintes médias bimestrais:- 1º bimestre - 5,0; 2º bimestre - 4,5; 3º bimestre - 4,5; 4º bimestre - 4,0. Totalizou 18 pontos e na 5ª avaliação, a de recuperação, obteve 4,5. Foi, então, encaminhada a Comissão de Classe que a reteve na 6ª série.

Em vista dessa decisão e seguindo o estabelecido na Portaria Supeme 35/87, mais o requerimento da mãe da interessada, vieram os autos ao Conselho Estadual de Educação, acrescidos de: histórico escolar e ficha individual; cópia do Diário de Classe do professor; planejamento anual de Matemática e Plano Escolar da unidade de ensino.

2. APRECIÇÃO

A mãe da menor Andréa Gonçalves Clemente interpôs recurso contra a decisão final da Comissão de Classe, que reteve sua filha em Matemática, na 6ª série da EMPG "Profº José Ferraz de Campos", em 1987.

A menor, conforme histórico escolar, obteve as seguintes notas em Matemática, ao longo do ano letivo de 1987: 1º bimestre - 5,0; 2º bimestre - 4,5; 3º bimestre - 4,5 e 4º bimestre - 4,0. À maioria, abaixo da média 5,0, tendo sido promovida no ano anterior, da 5ª para a 6ª série (1986), já com nota limítrofe - 5,0.

De acordo com o sistema avaliatório utilizado nas escolas municipais de São Paulo, a média aritmética das notas bimestrais terá peso 2,0 (dois); no caso, média bimestral $4,5 \times 2 = 9,0$; desse resultado, somado à nota da 5ª avaliação (recuperação) com peso 1 (um), extrai-se a média final anual; no caso, 5ª avaliação - $4,5 \times 1 = 4,5$; portanto, $9,0 + 4,5 =$ total 13,5, que resultou na média 4,5; esta nota conduziu a aluna a Comissão de Série para decidir sobre, sua promoção ou não.

Observa-se que, por solicitado da mãe, foi aplicada nova prova que foi desconsiderada pela professora para que a aluna participasse da Comissão de Série, a qual só avalia quem obtém, como média final, após a 5ª avaliação (recuperação) de 4,5 a 4,9.

Pela análise da documentação apresentada, conclui-se que a escola, no que diz respeito aos procedimentos de avaliação e recuperação, se amolda aos dispositivos da lei Federal nº 5692/71, uma

vez que propicia estudos recuperativos, realiza comissão de classe para estudo do aproveitamento dos alunos ao longo do ano letivo, oferece oportunidade de o aluno manifestar seu conhecimento em atividades diversificadas etc...

De acordo com a legislação vigente, a verificação do rendimento escolar é competência da escola onde o aluno estiver matriculado, na forma de seu regimento interno e deve compreender a avaliação do aproveitamento e assiduidade.

A aluna em questão frequentou a EMPG "Profº José Ferraz de Campos", unidade de ensino mantida pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que devia ter seu Regimento Escolar aprovado pelo Conselho Estadual de Educação; a Secretaria Municipal de Educação, não apresentou à época um Regimento Escolar para análise do Colegiado, funcionando, pois, em situação irregular no momento de solicitado pela mãe do menor.

Os atos escolares, porém praticados irregularmente pelos alunos do sistema municipal de ensino já foram convalidados pelo Conselho Estadual de Educação pelo Parecer CEE 21/89.

Entende-se que a manifestação da supervisão de ensino deve ser considerada importante para a decisão final, a vista do impasse com relação aos critérios de avaliação, em termos de Regimento Escolar.

Neste presente caso, essa autoridade considerou acertada a decisão da escola, à vista dos instrumentos avaliatórios ofertados à aluna, durante o ano letivo, e outro após a avaliação de recuperação. Não tendo sido, também, detectados deslizes na parte formal do processo avaliatório, a Sra Supervisora se manifestou pela retenção da aluna.

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, indefere-se o pedido de recurso interposto pela Sra. Aurora Gonçalves Clemente contra a retenção de sua filha, na 6ª série do 1º grau, da EMPG "Profº José Ferraz de Campos", em São Paulo, no ano de 1987.

São Paulo, 23 de novembro de 1989.

a) Cons^a Raphaela Carrozzo Scardua
Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

O Conselheiro Francisco Aparecido Cordão absteve-se de votar.

Sala "Carlos Pasquale", em 14 de março de 1990.

a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão
Presidente